



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Conselho Deliberativo

NOTA TÉCNICA Nº 4/2024-CONDEL

ASSUNTO: ANÁLISE DO IMPACTO REGULATÓRIO DAS PROPOSTAS DE RESOLUÇÕES Nº 116 A 118/2024-CONDEL/SUDAM.

INTERESSADO(A): CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (CONDEL/SUDAM).

ALÇADA ADMINISTRATIVA: SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SECEX/CONDEL/SUDAM).

INTRODUÇÃO:

1. A deliberação pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (CONDEL/SUDAM) sobre os assuntos em epígrafe listados a seguir:

-Proposta de Resolução nº 116/2024-CONDEL/SUDAM, que trata sobre a aprovação das seguintes alterações:

I-da Programação de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), para o exercício 2024;

II-das Diretrizes e Prioridades, espaciais para a aplicação dos recursos, no exercício de 2024:

a)do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e

b)do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA);

-Proposta de Resolução nº 117/2024-CONDEL/SUDAM, que trata sobre a aprovação da Programação das Atividades do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) 2024-2027, para o exercício de 2024; e

-Proposta de Resolução nº 118/2024-CONDEL/SUDAM, que trata sobre a aprovação do Relatório de Avaliação do PRDA 2020-2023, biênio 2022-2023.

2. Dessa forma, a presente Nota Técnica objetiva realizar a Análise de Impacto Regulatório (AIR) das Resoluções nº 116 a 118/2024, considerando-se as disposições do Decreto nº 10.411, de 30/06/2020, que regulamenta a AIR em atos normativos formulados por colegiados, definindo os quesitos mínimos a serem objeto de exame, bem como as hipóteses em que será obrigatória ou em que poderá ser dispensada.

SOBRE A AIR

3. Regulamentada pelo Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, que a Análise de Impacto regulatório tem por objetivo observar as características e eventuais impactos e regulamentos que possam causar no ambiente de negócios e impactos fiscais e burocráticos no âmbito da administração pública.

4. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), a AIR deve ser parte integrante

do processo de revisão da regulação de qualquer atividade da Administração Pública, a fim de qualificar e garantir o adequado embasamento técnico ao processo decisório.

"A Análise de Impacto Regulatório - AIR é uma ferramenta para melhorar a qualidade da regulação, qualificar e garantir robustez técnica ao processo decisório. Trata-se de uma reflexão substantiva sobre o que deve ser feito para resolver um problema antes que se opte, automaticamente, pela edição de mais normativos.

A AIR consiste no entendimento de um problema e, a partir daí, na identificação das opções para atacá-lo e na investigação dos prováveis efeitos positivos e negativos dessas opções, com o objetivo de permitir a decisão mais adequada, a partir das melhores informações disponíveis."

5. O Decreto Nº 10.411, em seu Art. 2º, inciso I, estabelece que:

"Análise de impacto regulatório - AIR - procedimento, a partir da definição de problema regulatório, de avaliação prévia à edição dos atos normativos de que trata este Decreto, que conterá informações e dados sobre os seus prováveis efeitos, para verificar a razoabilidade do impacto e subsidiar a tomada de decisão"

6. Existe também, no referido Decreto, rol de hipóteses onde a Análise de Impacto Regulatório (AIR) poderá ser dispensada:

Art. 4º A AIR poderá ser dispensada, desde que haja decisão fundamentada do órgão ou da entidade competente, nas hipóteses de:

I - Urgência;

II - Ato normativo destinado a disciplinar direitos ou obrigações definidos em norma hierarquicamente superior que não permita, técnica ou juridicamente, diferentes alternativas regulatórias;

III - Ato normativo considerado de baixo impacto;

IV - Ato normativo que vise à atualização ou à revogação de normas consideradas obsoletas, sem alteração de mérito;

V - Ato normativo que vise a preservar liquidez, solvência ou hígidez:

a) dos mercados de seguro, de resseguro, de capitalização e de previdência complementar;

b) dos mercados financeiros, de capitais e de câmbio; ou

c) dos sistemas de pagamentos;

VI - Ato normativo que vise a manter a convergência a padrões internacionais;

VII - Ato normativo que reduza exigências, obrigações, restrições, requerimentos ou especificações com o objetivo de diminuir os custos regulatórios; e

VIII - Ato normativo que revise normas desatualizadas para adequá-las ao desenvolvimento tecnológico consolidado internacionalmente, nos termos do disposto no Decreto nº 10.229, de 5 de fevereiro de 2020.

§ 1º Nas hipóteses de dispensa de AIR, será elaborada nota técnica ou documento equivalente que fundamente a proposta de edição ou de alteração do ato normativo.

§ 2º Na hipótese de dispensa de AIR em razão de urgência, a nota técnica ou o documento equivalente de que trata o § 1º deverá, obrigatoriamente, identificar o problema regulatório que se pretende solucionar e os objetivos que se pretende alcançar, de modo a subsidiar a elaboração da ARR, observado o disposto no art. 12.

§ 3º Ressalvadas informações com restrição de acesso, nos termos do disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a nota técnica ou o documento equivalente de que tratam o § 1º e o § 2º serão disponibilizados no sítio eletrônico do órgão ou da entidade competente, conforme definido nas normas próprias.

AIR APLICADA ÀS RESOLUÇÕES 116 A 118/2024 (CONDEL/SUDAM)

7. Conforme destacado anteriormente, segundo o art. 8º, incisos XI e XII, alíneas "a", *que estabelece competência ao Conselho Deliberativo da SUDAM em relação ao FNO e FDA*, e art. 9º, § 10, *que estabelece ao mesmo Conselho a competência de no primeiro trimestre de cada exercício, realizar*

reunião especial para avaliar a execução do plano regional de desenvolvimento no exercício anterior e aprovar a programação de atividades do plano no exercício corrente, ressaltando que ambos artigos, incisos e § pertencem ao Decreto nº 11.230, de 7 de outubro de 2022.

8. Nesse contexto as eventuais Resoluções do CONDEL/SUDAM aprovando os assuntos acima elencados podem ter a AIR dispensadas, visto que trata-se de ato normativo destinado a disciplinar obrigação definida em norma hierarquicamente superior que não permita, técnica ou juridicamente, diferentes alternativas regulatórias.

Art. 4º A AIR poderá ser dispensada, desde que haja decisão fundamentada do órgão ou da entidade competente, nas hipóteses de:

I - urgência;

II - ato normativo destinado a disciplinar direitos ou obrigações definidos em norma hierarquicamente superior que não permita, técnica ou juridicamente, diferentes alternativas regulatórias;

9. Diante desse quadro, entende-se que a deliberação do Conselho Deliberativo da Sudam referente às Resoluções nº 116 a 118/2024 estão enquadradas como um ato normativo que prescinde de AIR, considerando ser decorrente de norma hierarquicamente superior que não possibilita alternativa regulatória diferente, conforme o disposto no art. 4º, II do Decreto nº 10.411/2020 acima transcrito.

CONCLUSÃO

10. A Análise de Impacto Regulatório é necessária quando da proposição de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços públicos prestados, no âmbito de suas competências, conforme definido no art. 1º do Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020.

11. Em suma, o entendimento desta unidade é que qualquer ato normativo referente às deliberações acima descritas por meio das Resoluções 116 a 118/2024-CONDEL/SUDAM podem ser considerados como decorrentes de obrigação prevista em norma hierarquicamente superior, visto que referida obrigação decorre da determinação contida no art. 8º, incisos XI e XII, alíneas "a" e art. 9º, § 10 do Decreto nº 11.230, de 7 de outubro de 2022. Desta forma, conforme o art. 4º, II do Decreto nº 10.411/2020 é dispensada a AIR nesses casos.

12. Diante do exposto, e salvo melhor juízo, submete-se esta Nota Técnica ao Conselho Deliberativo da SUDAM, no sentido de complementar a instrução processual das futuras proposições/resoluções referentes a esses assuntos a serem exaradas em próximas reuniões ordinárias.

Ercilda Pacheco
Assessora Técnica

De acordo,

Shirley Rosana Ribeiro Pereira
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Ercilda Pacheco de Almeida Bezerra, Chefe de Assessoria**, em 18/07/2024, às 09:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Shirley Rosana Ribeiro Pereira, Chefe de Gabinete**, em 18/07/2024, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0611421** e o código CRC **1479444A**.